

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2009/2010

ÍNDICE

CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 02 - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS

CLÁUSULA 03 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 04 - INTERVALO PARA O PAGAMENTO

CLÁUSULA 05 - HORAS EXTRAS ORDINÁRIAS E ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA 06 - JORNADA DE TRABALHO

CLÁUSULA 07 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

CLÁUSULA 08 - INTERVALO PARA REPOUSO REFEIÇÃO

CLÁUSULA 09 - TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR

CLÁUSULA 10 - FICHA DE CONTROLE

CLÁUSULA 11 - ADIANTAMENTO SALARIAL

CLÁUSULA 12 - DESCONTOS

CLÁUSULA 13 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

CLÁUSULA 15 - MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

CLÁUSULA 16 - ADVERTÊNCIA - SUSPENSÃO - JUSTA CAUSA

CLÁUSULA 14 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

CLÁUSULA 17 - PASSE LIVRE

CLÁUSULA 18 - FOLGAS

CLÁUSULA 19 - TRABALHO NO DIA DE FOLGA

CLÁUSULA 20 - ESTABILIDADE EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA 21 - ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA 22 - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

CLÁUSULA 23 - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

CLÁUSULA 24 - GARANTIA AO TRABALHADOR AFASTADO PELO INSS

CLÁUSULA 25 - HOMOLOGAÇÕES

CLÁUSULA 26 - AVISO PRÉVIO POR ESCRITO

CLÁUSULA 27 - TRABALHADOR ESTUDANTE

CLÁUSULA 28 - QUADRO DE AVISO

CLÁUSULA 29 - C.I.P.A.

CLÁUSULA 30 - UNIFORMES

CLÁUSULA 31 - CESTA BÁSICA

CLÁUSULA 32 - MENSALIDADE SOCIAL

CLÁUSULA 33 - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

CLÁUSULA 34 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

CLÁUSULA 35 - RELAÇÕES NOMINAIS

CLÁUSULA 36 - CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO LEI N. 9.601/98 DECRETO
2.480/98

CLÁUSULA 37 - OBSERVAÇÃO AO ARTIGO 615 DA CLT

CLÁUSULA 39 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO CLÁUSULA 40 - VIGÊNCIA CLÁUSULA 41 -
DEPÓSITO NA D.R.T.

CLÁUSULA 38 - JUÍZO COMPETENTE

CLÁUSULA 42 - APLICAÇÃO

CLÁUSULA 43 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2010

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Av: Duque de Caxias, n.º 108, Santa Ifigênia, CEP 01214-000, na cidade e Comarca de São Paulo, inscrito no CNPJ n.º 57.854.168/0001-81, representado por seu Presidente José Dias Trigo, portador do CPF n.º 161.652.928-87 e seus filiados:

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Transportes de Cargas em Geral e Urbanos de Passageiros de Araçatuba, com sede na Av: Arthur Ferreira da Costa, 150, Aviação, CEP 16055-500, Araçatuba/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 24440.05659-6 de 1987, inscrito no CNPJ n.º 55.752.851/0001-82, representado por seu presidente Dorival dos Santos, portador do CPF n.º 324.569.138-68;

Sindicato dos Trabalhadores no Setor de Transportes Rodoviários das Usinas e Agropecuárias ligadas de Araras, com sede na Rua: Arceu Scanavini, 26, Jd. Florença, CEP 13600-000, Araras/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 46000.012155/95, inscrito no CNPJ n.º 00.456.823/0001-26, representado por seu presidente Reinaldo Natalino de Pádua, portador do CPF n.º 056.729.928-70;

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Assis, com sede na Rua: Capitão Assis, 315, Centro, CEP 19800-100, Assis/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 2400000354991, inscrito no CNPJ n.º 54.720.065/0001-30, representado por seu presidente Renato Manoel Raposo, portador do CPF n.º 693.920.058-49;

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Itu e Região, com sede na Rua: Arturo Ianni, 622, Vila Ianni, CEP 13313-160, Itu/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 46000.003709/98, inscrito no CNPJ n.º 48.989.396/0001-78, representado por seu presidente Vítor Ribeiro de Carvalho, portador do CPF n.º 150.467.878-81;

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Anexos de Jales, com sede na Rua Idair Lopes, 895, Aeroporto, CEP 15700-000, Jales/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 46000.000818/95, inscrito no CNPJ n.º 00.446.833/0001-80, representado por seu presidente Estelito Galdino Soares, portador do CPF n.º 457.455.958-88;

Sindicato dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbanos de Passageiros de Lençóis Paulista, com sede na, Rua: Manoel Amâncio, 332 - Vila Mamedina - CEP 18681-010, Lençóis Paulista/SP, carta sindical Referência Processo n.º. 24000.006452/90, inscrito no CNPJ 51.519.585/0001-91, representado por seu presidente José Pintor, portador do CPF 827.450.488-72;

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Lins, com sede na Rua: Marechal Vasques, 77, Centro, CEP 16400-145, Lins/SP, carta sindical Referência: Processo n.º 24000.006040/91, inscrito no CNPJ n.º 54.722.129/0001-32, representado por seu presidente José Carlos Pereira dos Santos, portador do CPF n.º 015.635.388-14;

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Urbanos de Marília e Região, com sede na Rua: Marcos Bortion, 815, Santa Antonieta, CEP 17512-330, Marília/SP, carta

sindical Referência: Processo nº 24440.12856 de 1986, inscrito no CNPJ nº 51.512.754/0001-61, representado por seu presidente Milton Benedito, portador do CPF nº 827.944.218-91;

Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, Urbanos de Passageiros e Transportes de Cargas de Registro, com sede na Rua Waldemar Lopes Ferras, 233, Vila Tupy, CEP 11900-000, Registro/SP, carta sindical Referência: Processo nº 24440.028317/90, inscrito no CNPJ nº 57.741.035/0001-07, representado por seu presidente José Xavier, portador do CPF nº 595.315.418-68;

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Rio Claro, com sede na Rua: Hum, 2111, Centro, CEP 13500-142, Rio Claro/SP, carta sindical Referência: Processo nº 35427.001113/91, inscrito no CNPJ nº 46.958.609/0001-79, representado por seu presidente Antonio Marques, portador do CPF nº 148.525.868-53;

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de São Manuel e Região, com sede na Rua: Irmãs Campos Silveira, 725, Centro, CEP 18650-000, São Manuel/SP, carta sindical Referência: Processo nº 24000.006717/90, inscrito no CNPJ nº 54.709.191/0001-94, representado por seu presidente

Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas Empresas de Transportes de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves sobre Canaletas e Pneus no Estado de São Paulo - Sindficot, com sede na Rua: Barão de Iguape, 339, Liberdade, CEP 01507-000, São Paulo/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.010311/97-01, inscrito no CNPJ nº 67.142.174/0001-60, representado por seu presidente Geraldo Abílio de Meirelles, portador do CPF nº 702.559.898-49;

13- Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviário Urbano de Passageiro, Rodoviário Intermunicipal, Rodoviário de Turismo e Fretamento de Guarulhos e Região, com sede na Rua: Nossa Senhora Mãe dos Homens, 38, Vila Progresso, CEP 07090-000, Guarulhos/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.009926/97, inscrito no CNPJ nº 74.504.481/0001-09, representado por seu presidente Juarez Tenório de Lima, portador do CPF nº 041.413.988-70;

Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários no Setor Administrativo de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviário, Urbano de Passageiro, Intermunicipal, Interestadual, Turismo e Fretamento de Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto e respectivas regiões, com sede na Rua: Baronesa Geraldo de Resende, 880, Jardim Guanabara, CEP 13075-270, Campinas/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.007499/94, inscrito no CNPJ nº 00.183.352/0001-20, representado por seu presidente Jorge Luiz Bezdiguan, portador do CPF nº 531.616.618-34;

Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários no Setor Administrativo de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviários Urbano de Passageiros, Intermunicipal, Interestadual, Suburbano, Turismo e Fretamento de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba e Respectivas Regiões, com sede na Rua: Tiradentes, 2252, Pq.

Industrial, CEP 15025-050, São José do Rio Preto/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.000380/98, inscrito no CNPJ nº 02.679.071/0001-98, representado por seu presidente Cícero Aparecido dos Santos, portador do CPF nº 996.177.818-91;

Sindicato dos Empregados no Setor Administrativo (Escritório) das Empresas de Transportes Rodoviários Urbanos de Passageiros, Intermunicipal, Interestadual, Turismo e Fretamento de Ribeirão Preto, Araraquara e Regiões - SP, com sede na Rua Florêncio de Abreu, 681, sala 804, Centro, Ribeirão Preto/SP, Cep. 14015-060, registro sindical Referência: Processo nº 46000.005131/2004-16, inscrito no CNPJ nº 06.022.346/0001-77, representado por seu presidente Sérgio Aparecido Martins, portador do CPF nº 020.444.798-42 e

FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FRESP, localizada na Rua Dr. Silva Mendes, 266 - Vila Industrial, na cidade e Comarca de Campinas/SP, inscrito no CNPJ nº 00.083.983/0001-77, representado por seu Presidente SILVIO TAMELINI, inscrito no CPF: 253.603.028-79, têm entre si justo e acordado, consoante deliberações tomadas em sua A.G.E., e na forma de suas disposições estatutárias vigentes, a consolidação da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, aplicada no âmbito e limite de sua representação e base territorial, que passará a ser regida pelas cláusulas que seguem:

Fretamento de Guarulhos e Região, com sede na Rua: Nossa Senhora Mãe dos Homens, 38, Vila Progresso, CEP 07090-000, Guarulhos/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.009926/97, inscrito no CNPJ nº 74.504.481/0001-09, representado por seu presidente Juarez Tenório de Lima, portador do CPF nº 041.413.988-70;

Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários no Setor Administrativo de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviário, Urbano de Passageiro, Intermunicipal, Interestadual, Turismo e Fretamento de Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto e respectivas regiões, com sede na Rua: Baronesa Geraldo de Resende, 880, Jardim Guanabara, CEP 13075-270, Campinas/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.007499/94, inscrito no CNPJ nº 00.183.352/0001-20, representado por seu presidente Jorge Luiz Bezdiguan, portador do CPF nº 531.616.618-34;

Sindicato dos Empregados em Escritórios de Empresas de Transportes Rodoviários no Setor Administrativo de Cargas Secas e Molhadas, Rodoviários Urbano de Passageiros, Intermunicipal, Interestadual, Suburbano, Turismo e Fretamento de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba e Respectivas Regiões, com sede na Rua: Tiradentes, 2252, Pq. Industrial, CEP 15025-050, São José do Rio Preto/SP, carta sindical Referência: Processo nº 46000.000380/98, inscrito no CNPJ nº 02.679.071/0001-98, representado por seu presidente Cícero Aparecido dos Santos, portador do CPF nº 996.177.818-91;

Sindicato dos Empregados no Setor Administrativo (Escritório) das Empresas de Transportes Rodoviários Urbanos de Passageiros, Intermunicipal, Interestadual, Turismo e Fretamento de Ribeirão Preto, Araraquara e Regiões - SP, com sede na Rua Florêncio de Abreu, 681, sala 804, Centro, Ribeirão Preto/SP, Cep. 14015-060, registro sindical Referência: Processo nº 46000.005131/2004-16, inscrito no CNPJ nº 06.022.346/0001-77,

representado por seu presidente Sérgio Aparecido Martins, portador do CPF n° 020.444.798-42 e

FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - FRESP, localizada na Rua Dr. Silva Mendes, 266 - Vila Industrial, na cidade e Comarca de Campinas/SP, inscrito no CNPJ n° 00.083.983/0001-77, representado por seu Presidente SILVIO TAMELINI, inscrito no CPF: 253.603.028-79, têm entre si justo e acordado, consoante deliberações tomadas em sua A.G.E., e na forma de suas disposições estatutárias vigentes, a consolidação da presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, aplicada no âmbito e limite de sua representação e base territorial, que passará a ser regida pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA 01 - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1° de maio de 2009, o piso salarial de motorista de ônibus passa a ser R\$ 797,65 (setecentos e noventa e sete reais, sessenta e cinco reais).

PARÁGRAFO ÚNICO

As entidades signatárias deliberam para os demais salários a aplicação de 6% sobre os salários praticados em maio de 2008, a título de reajuste e recomposição salarial, vigorar a partir de 1° de maio de 2009.

CLÁUSULA 02 - MANUTENÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS

Os costumes em vigor nas diversas regiões e empresas serão mantidos, de forma que o direito adquirido pelo empregado, permaneça intocável.

CLÁUSULA 03 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão a seus empregados, o comprovante de pagamento, que contenha a identificação da empresa, bem como a discriminação de todas as parcelas pagas e dos descontos efetuados, especificando cada uma delas (salário, comissões, diárias, abonos, parcela do FGTS, INSS, IR, adiantamento quinzena!, quantidade e valor das horas extras).

PARÁGRAFO ÚNICO

Os descontos efetuados deverão ser discriminados a que título ou motivo se referem.

CLÁUSULA 04 - INTERVALO PARA O PAGAMENTO

Sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado ao empregado, intervalo remunerado de tal modo que não prejudique o andamento do serviço, para que o mesmo receba seu salário, sendo que este intervalo não corresponderá àquele destinado ao seu descanso e refeição.

CLAUSULA 05 - HORAS EXTRAS ORDINARIAS E ADICIONAL NOTURNO

O pagamento das horas extraordinárias será realizado de acordo com a legislação em vigor, o mesmo ocorrerá quanto ao pagamento de adicional noturno.

CLÁUSULA 06 - JORNADA DE TRABALHO

A duração normal da jornada de trabalho, não excederá de 7:20 hs (sete horas e vinte minutos) diárias, podendo as empresas, de comum acordo com o empregado, estender a jornada de trabalho, para além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou da operação ou de decorram de eventos fora do controle do empregador e do empregado, tais como : acidentes de trânsito, congestionamentos, quebra ou defeito nos veículos, ocorrências de casos fortuitos ou de força maior, etc.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As horas adicionais ou de sobre-tempo realizadas pelo empregado, excedentes a 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 08 (oito) horas diárias, poderão ser objeto de compensação futura, pelo critério de tempo, dentro do período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da prestação extraordinária.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Se a compensação não se operar dentro deste período, as horas suplementares serão obrigatoriamente pagas como extras acrescidas do adicional previsto em lei ou nesta Convenção Coletiva.

CLÁUSULA 07 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As bases salariais estabelecidas em decorrência desta Convenção, serão observadas em relação aos empregados que venham a ser admitido, a título de experiência, cujo prazo não excederá 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA 08 - INTERVALO PARA REPOUSO REFEIÇÃO

Para fins do disposto na consolidação das leis do trabalho, as empresas poderão estipular intervalos para refeição e descanso para motoristas em limites superiores aos ali fixados, uma vez que, neste lapso de tempo, os mesmos não ficarão à disposição da empresa. Em consequência ficam permitidas mais de uma pegada ao longo da jornada diária de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

As empresas poderão estipular horários diversos para seus empregados e as horas excedentes executadas poderão ser compensadas.

CLAUSULA 09 EMPREGADOR

TEMPO A DISPOSIÇÃO DO

Eventuais interrupções do trabalho, ocasionadas por culpa da empresa ou decorrentes de caso fortuito ou força maior, não poderão ser descontadas nem trabalhadas posteriormente, sob a rubrica de compensação.

CLÁUSULA 10 - FICHA DE CONTROLE

Fica estabelecido o fornecimento de fichas diárias de controle das horas realizadas pelos empregados, ou seja, a primeira via ficará com a empresa, e a segunda via com o empregado, delas constando respectivamente numeração e data.

CLÁUSULA 11 - ADIANTAMENTO SALARIAL

Fica estabelecida a obrigatoriedade de um adiantamento salarial, extensiva a todos os empregados, equivalente ao percentual de 40% (quarenta por cento) do salário, cujo pagamento deverá ser realizado no dia 20 (vinte) de cada mês.

CLÁUSULA 12 - DESCONTOS

Não será permitido qualquer desconto de peças quebradas ou gastas, bem como não serão permitidos os descontos advindos de acidentes ou assaltos, somente se permitindo quando devidamente provado que o empregado agiu de forma dolosa ou culposa.

CLÁUSULA 13 - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente. Em caso de não pagamento, a empresa está sujeita a uma multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o salário a ser pago ao empregado, sendo limitado este valor ao salário do motorista.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Face à data da assinatura do presente Instrumento Coletivo de Trabalho, facultam-se às Empresas representadas pela Federação Patronal, pagar as diferenças salariais advindas do reajuste estabelecido na cláusula primeira, até o 5º dia útil do mês de agosto de 2009.

CLÁUSULA 14 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

O trabalhador que venha substituir outro, que perceba salário maior, por qualquer motivo, inclusive por rescisão contratual, receberá salário idêntico ao do trabalhador substituído, a partir da data da substituição e enquanto esta perdurar.

CLÁUSULA 15 - MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Fica vedada a contratação de mão de obra temporária, para a função de motorista.

CLÁUSULA 16 - ADVERTÊNCIA - SUSPENSÃO - JUSTA CAUSA

Toda e qualquer medida disciplinar aplicada pelo empregador ao empregado, deverá, inclusive no caso de dispensa por justa causa, ser comunicada por escrito ao empregado, com registro da razão de sua aplicação.

CLAUSULA 17 - PASSE LIVRE

Com a apresentação de uma identidade funcional, todos os empregados possuirão passe livre no ônibus de todas as empresas, bem como será garantido passe livre a todos os diretores dos sindicatos.

CLAUSULA 18 - FOLGAS

Será assegurado a todos os empregados um descanso semanal de 24:00 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual salvo por motivo de necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo. Fica estabelecido que nas empresas que necessitem dos serviços aos domingos, será mensalmente organizada e divulgada uma escala de revezamento, colocada em quadro sujeito à fiscalização.

CLÁUSULA 19 - TRABALHO NO DIA DE FOLGA

No caso da empresa necessitar do trabalho de um empregado em dia de folga, deverá ser concedida folga antecipada ou o pagamento ser feito, com 100% (cem por cento) de acréscimo, além das 7:20 (sete e vinte) horas já devidas por lei, correspondente ao descanso semanal remunerado.

CLAUSULA 20 - ESTABILIDADE EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR

Os empregados alistados para o serviço militar, gozarão de estabilidade desde o seu alistamento, até 60 (sessenta) dias após a dispensa ou baixa de seu serviço militar.

CLÁUSULA 21 - ATESTADOS MÉDICOS

Serão aceitos todos os atestados médicos e odontológicos, fornecidos pelo INSS ou convênio se contratado pela empresa.

CLAUSULA 22 - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO Fica assegurada estabilidade ao empregado acidentado, na forma da Lei.

CLÁUSULA 23 - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA

Aos empregados que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, ficará assegurado emprego e salário durante o período que faltar para aposentarem-se, desde que contem com no mínimo, 05 (cinco) anos de serviço, para a mesma empresa.

CLÁUSULA 24 - GARANTIA AO TRABALHADOR AFASTADO PELO INSS

Ao empregado em gozo de auxílio doença, ser-lhe-á assegurado emprego, até 60 (sessenta) dias após a alta médica.

CLAUSULA 25 - HOMOLOGAÇÕES

Todas as rescisões de contrato de trabalho com mais de um ano, serão feitas sob assistência do sindicato profissional ou da Delegacia Regional do Trabalho e serão efetivadas até no máximo de 10 (dez) dias após o desligamento do empregado, sob pena de multa prevista no artigo 477, da C.L.T.

CLÁUSULA 26 - AVISO PRÉVIO POR ESCRITO

O aviso prévio será comunicado por escrito e entregue contra recibo, mencionando se será trabalhado ou indenizado.

CLAUSULA 27 - TRABALHADOR ESTUDANTE

O estudante em estabelecimento oficial de ensino, autorizado ou não reconhecido pelo poder competente, terá abonada a falta para prestação de exames escolares, desde que avise seu empregador, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, sujeitando-se a comprovação anterior.

CLAUSULA 28 - QUADRO DE AVISO

Fica também estabelecido, que o sindicato profissional poderá manter quadros de aviso, no local de trabalho, contendo comunicações da entidade representativa, dos trabalhadores, desde que não ofensivas aos empregadores.

CLAUSULA 29 - C.I.P.A.

A constituição da CiPA, obedecerá a determinantes da legislação vigente. Devendo as empresas comunicar aos sindicatos profissionais, o resultado das eleições da C.I.P A

CLAUSULA 30 - UNIFORMES

Fica assegurado o fornecimento gratuito por parte das empresas, de uniforme para os empregados sujeitos ao uso do mesmo, desde que exigido pela empresa ou por disposição legal. Serão fornecidos aos empregados motoristas: 02 calças: 03 camisas e 01 gravata por ano, sendo distribuídos semestralmente. Em caso específico, e de conformidade com a lei, serão fornecidas gratuitamente, ferramentas e instrumentos de trabalho, de acordo com as necessidades de cada empresa, em relação à função exercida pelo empregado.

CLÁUSULA 31 - CESTA BÁSICA

Será concedida a todos os empregados abrangidos por esta Convenção, inclusive no mês de gozo de suas férias, uma cesta básica composta com os seguintes produtos:

10 kg de arroz

03 latas de óleo de soja

01 pacote de biscoito maizena - 200 gramas

01 pacote de pó de café - 500 gramas

01 lata de sardinha - 135 gramas

lata de extrato de tomate -140 gramas

pacote de macarrão com ovos - 500 gramas 02 kg de açúcar refinado

05 kg de feijão

01 pacote de farinha de mandioca - 500 gramas 01 pacote de fubá mimoso - 500 gramas 01 kg de farinha de trigo

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Aos solteiros será entregue 1(uma) cesta básica, conforme

acima especificado, e aos empregados casados, serão entregues 2 (duas) cestas idênticas. Na concepção de casado, está incluída a convivência estável, nos termos da Constituição Federal vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Perderá o direito ao recebimento deste benefício, o empregados que:

- ausentar-se injustificadamente ao serviço, por 2(dois) dias durante o mês anterior
- chegar atrasado, por mais de duas vezes, ao serviço:
- não retirar a cesta, no prazo de 3 (três) dias:
- não utilizar uniforme completo; e
- envolver-se em acidente de trânsito PARÁGRAFO TERCEIRO

Cada empregado participará do custo da cesta básica, com a importância de R\$ 1,00 (um real), cujo valor será descontado em folha de pagamento.

CLÁUSULA 32 - MENSALIDADE SOCIAL As empresas descontarão mensalmente, no pagamento

dos empregados associados do sindicato profissional, a mensalidade associativa, enviando à entidade sindical a relação dos empregados dos quais foram descontadas as mensalidades.

CLÁUSULA 33 - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS

EMPREGADOS

As empresas descontarão dos empregados, beneficiados

por esta Convenção, os valores correspondentes à Contribuição Negociada, fixadas e aprovadas pelas assembléias gerais extraordinárias realizadas, em favor das entidades sindicais, garantindo o direito individual e personalíssimo de oposição, na forma da lei. O desconto, correspondente a 2% (dois por cento) por mês da remuneração dos empregados que terá vigência de maio/2009 a abril/2010.

O recolhimento do valor arrecadado deverá se efetuado em conta própria na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, até o 2º (segundo) dia útil após o pagamento dos salários, acompanhado de uma relação dos contribuintes por local, contendo nome, função e valor, sendo 90% (noventa por cento) para os sindicatos da categoria profissional e os

restantes 10% (dez por cento) para a Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, através de guias próprias fornecidas pelas Entidades Sindicais Profissionais. Nas localidades onde não exista sindicato Profissional dos Rodoviários, o valor será de 100% (cem por cento) para a Federação.

A falta desses recolhimentos no prazo supra, implicará no pagamento de juros e correção monetária, além de multa de um salário mínimo por dia de atraso, revertida em benefício das respectivas entidades prejudicadas,

Será de responsabilidade exclusiva das entidades sindicais profissionais, quaisquer pedidos de devolução, decorrente ou não de demandas diretas, administrativas ou judiciais, como também o pagamento de multas ou quaisquer outros ônus que decorram do desconto salarial estabelecido nesta cláusula.

CLÁUSULA 34 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas localizadas em bases territoriais onde não exista sindicato patronal recolherão a título de Contribuição Assistencial, a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), a favor da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros Por Fretamento do Estado de São Paulo - FRESP, dividido em duas parcelas de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) cada, a serem recolhidos em 18 (dezoito) de agosto e 18 (dezoito) de setembro de 2009 (dois mil e oito) mediante guia específica ou boleto bancário.

PARAGRAFO ÚNICO

Após o vencimento, incidirá multa de 10% (dez por cento), sem prejuízo da aplicação da correção monetária, juros, e correção monetária, juros, e honorários advocatícios caso ocorra cobrança judicial

CLÁUSULA 35 - RELAÇÕES NOMINAIS

As empresas ficarão obrigadas a remeter aos sindicatos relações nominais dos empregados, mencionando função e salário, referente às Contribuições Assistencial e Sindical.

CLÁUSULA 36 - CONTRATO TEMPORÁRIO TRABALHO LEI N. 9.601/98 E DECRETO 2.480/98

DE

O texto da lei 9.601 e do Decreto 2.480, que criaram novas regras para o contrato por prazo determinado, passa a fazer parte integrante deste instrumento normativo, com as seguintes definições prévias.

- Utilização somente para o aumento do número de empregos oferecidos pela empresa ou estabelecimento:
- Aplicação do piso salarial do cargo, se existir;

- Não poderá ser aplicado para substituição de empregados atuais, mantendo o número de empregados existente na empresa;
- No caso de rompimento antecipado do contrato, haverá uma indenização correspondente a 15 (quinze) dias do salário do empregado;
- O valor do fundo de garantia por tempo de serviço a ser recolhido em nome do empregado contratado segundo definido nesta cláusula, será de 2%(dois por cento).

Parágrafo Primeiro - Vigoram todas as demais normas dos referidos textos legais, à exceção do período de compensação de jornada acima regrado.

Parágrafo Segundo - Os absurdos verificados na utilização dos dispositivos desta cláusula, na forma de denúncia expressa de seus empregados, ao seu sindicato, uma vez constatada a veracidade da irregularidade, facultará ao mesmo denunciar este instrumento normativo, quanto a esta cláusula, ficando a mesma impedida de ser utilizada durante a vigência deste instrumento normativo, ou seja, até 30 de abril de 2009.

Parágrafo Terceiro - Os documentos exigidos pela Lei 9.601 e Decreto 2.480, serão, também depositados no respectivo sindicato profissional, nos termos do art 4º inciso II, dos referidos documentos legais.

CLAUSULA 37 - OBSERVAÇÃO AO ARTIGO 615 DA CLT

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da C.L.T.

CLÁUSULA 38- JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho, para quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente avença.

dirimir

CLÁUSULA 39 - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As entidades sindicais representativas poderão intentar ação de cumprimento na forma da Lei para os fins específicos do artigo 872, parágrafo único da C.L.T., bem como no que diz respeito ao parágrafo segundo, do artigo 3º da Lei 7.238/84, equiparando-se para tanto, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, emprestando-lhe o artigo 611, da C.L.T., caráter normativo, equiparando-se, para este mesmo fim, todas as demais cláusulas da presente conciliação. Fica estabelecida uma multa para a parte que descumprir qualquer cláusula da presente Convenção, equivalente a 1% (um por cento) por infração e por empregado para as cláusulas que não possuem pena pecuniária.

CLÁUSULA 40 - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará de 1º de Maio de 2009 até 30 de abril de 2010, sendo que em caso de condições mais vantajosas durante a vigência, ficam estas garantidas.

CLAUSULA 41 - DEPOSITO NA D.R.T.

Por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, que é digitado, e se comprometem conjunta ou separadamente, dentro de 08 (oito) dias, a contar da assinatura do mesmo, a efetuar o depósito na D.R.T. /SP, para registro e arquivo, conforme determina o artigo 614 da C.L.T. Da mesma forma, eventuais alterações, se processadas, serão levadas a registro e a arquivo, conforme artigo 615, da C.L.T.

CLÁUSULA 42 - APLICAÇÃO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho será aplicada com exclusividade nas bases territoriais das entidades sindicais, de ambas as representações, que o mesmo subscreve, desde que inorganizadas em sindicatos.

CLÁUSULA 43 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Fica assegurado uma Participação nos Resultados prevista no artigo 1º, inciso II, da Lei 10.101/2000, no valor correspondente a 15%, do salário já reajustado, praticado no mês de maio do corrente ano, mediante o cumprimento das seguintes metas:

Não poderá o empregado ter mais do que 4 (quatro) faltas por semestre;

Não terá direito a qualquer parcela o empregado que no período causar acidente de trânsito por sua culpa ou dolo,

Preenchido as condições acima estabelecidas, fica garantido dentro dos limites do percentual acima estabelecido, o mínimo R\$ 85,45 (oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e o máximo de R\$ 170,92 (cento e sessenta e um reais e vinte e cinco) para cada empregado;

As empresas que já instituíram Participação nos Lucros ou Resultados, não estão obrigadas ao cumprimento do estabelecido nesta cláusula, desde que os valores a serem distribuídos sejam superiores ao estabelecido, e caso sejam inferiores ficam obrigadas a completar até o limite ora convencionado;

O primeiro pagamento da parcela a título de Participação nos Lucros e resultados será efetuado juntamente com o salário do mês de agosto do ano em curso e, o segundo pagamento ocorrerá no mês de março/2010.

Somente o empregado que estiver com seu contrato de trabalho em vigor na data do pagamento de cada parcela, observado as demais condições acima acordadas, terá direito ao recebimento da participação nos resultados ora estipulado.



Federação dos Trabalhadores em Transportes
Rodoviários do Estado de São Paulo

Assim, justos e contratados as partes nomeadas, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 04 (quatro) vias, que serão ao mediador do Ministério do Trabalho, para que produzam todos os efeitos legais.

Campinas, 01 de Julho de 2009.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO - FTTRESP JOSÉ DIAS TRIGO - CPF: 161.652.928-87



Federação dos Trabalhadores em Transportes
Rodoviários do Estado de São Paulo

**FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE POR FRETAMENTO
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SILVIO TAMELINI - CPF 253.J03.028-87

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – REPRESENTANDO 16
SINDICATOS FILIADOS QUE CONSTAM NA INICIAL**
JOSÉ ALBERTO MORAES ALVES BLANDY – CPF 044.173.728-53